

Baeta retoma campanha

Rio — O presidente do conselho federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Hermann Assis Baeta, desembarca hoje em Natal, onde retoma a campanha que a entidade promove em favor de uma Assembléia Nacional Constituinte desvinculada do Congresso Nacional. No Rio Grande do Norte, Baeta deverá se encontrar com o governador José Agripino Maia e, junto com o presidente da OAB-RN, Armando Roberto Holanda Leite, inaugurar, em Caicó, a 406ª Subseção da OAB em todo o País e segunda no Rio Grande do Norte.

A presença do presidente da OAB em Caicó, faz parte do plano de interiorização da Ordem, levado a efeito pelo conselho federal, mas também está totalmente vinculada à campanha da Constituinte. Antes de seguir para o Nordeste, Hermann Baeta reafirmou, no Rio, a disposição da OAB em continuar firme na defesa da Constituinte exclusiva (leita exclusivamente para elaborar uma nova Constituição e totalmente desvinculada do Congresso Nacional) e voltou a lamentar a rejeição pela comissão mista do Congresso do parecer do relator, deputado

Flávio Bierrembach (PDMB-SP), que remetia a decisão para o povo, através de plebiscito.

— O que vimos no Congresso foi degradante, — testemunhou o presidente da OAB. E continuou a atacar o "acumpliamento do Congresso com o Governo", que, segundo insiste, determinou a rejeição do parecer de Bierrembach e sua substituição por um outro "elaborado na calada da noite" que recebeu, "por arranjos também da calada da noite", a adesão de parlamentares liderados pelo deputado Valmor Giavarina (PMDB-PR).

Baeta denunciou os fatos havidos no Congresso como "uma forma de afastar o povo das grandes decisões nacionais" e alertou os políticos de que "o povo brasileiro não suportará outra frustração" como a que foi forçado a aceitar por ocasião da rejeição da emenda Dante de Oliveira, que instituía eleições diretas para o presidente da República. "O mesmo Congresso que rejeitou as diretas, contra a vontade de todo o povo brasileiro, está agora criando um ambiente para banir da Constituinte a participação popular", disse Baeta.

Proposta não tem consenso

O líder do PDT na Câmara, Nadyr Rossetti, anunciou que vai denunciar a emenda Sarney hoje, na esperança de que haja resistência ao líder Pimenta da Veiga, dentro do PMDB.

Já no PT, conforme o líder em exercício José Genoíno, a orientação será no sentido de rejeitar a emenda Sarney e apoiar os destaques: o da anistia, o da emenda Djalma Bom (por uma Constituinte autônoma), e apoiar a emenda Marchezan, esta por uma Constituinte autônoma para maio do ano que vem.

O PDT votará contra a emenda Sarney, a fim de ficar a favor da emenda Jorge Uequet, por anistia a todos, sem discriminação.

Rossetti diz:

— Quem pede, dá. Não vou anistiar o Riocentro e negar anistia para 7 mil marinheiros. Se quero anistia para os marinheiros, eu a dou também para os do outro lado, os do Riocentro.

Enquanto, à tarde, a discussão da emenda se processava no plenário, nas demais dependências da Câmara era grande o número de militares, sobretudo de marinheiros, que lutam pelo acesso à anistia.

— Foi uma enormidade — diz Rossetti — o que fizeram na sexta-feira, na Comissão Mista. Mas vão pagar caro. A Nação não pode admitir, por exemplo, que 23 senadores — um terço do Senado — se transformem, por antecipação, em Constituinte.

Na questão da anistia, propriamente, o PDT vai apoiar a reivindicação dos marinheiros: substituir o art. 4º da emenda do Governo (Giavarina) pelo art. 1º da emenda Jorge Uequet, e eliminar o parágrafo 5º do art. 4º da emenda Giavarina.

Fragelli cré na aprovação

São Paulo — O substitutivo do deputado Valmor Giavarina, relator da comissão mista do Congresso que aprecia a emenda do governo de convocação da Constituinte «será aprovado sem problemas». A previsão é do presidente do Senado Federal, José Fragelli, que proferiu palestra sobre a Constituinte na sede da Sociedade Rural Brasileira (SRB), argumentando que além dos dois partidos que sustentam o governo, o PDS também deu sinais de aprovação do documento.

O presidente do Senado manifestou-se contrário à realização de um plebiscito para decidir se a Assembléia Nacional Constituinte deve ou não ser exclusiva e independente do Congresso, explicando que «seria economicamente inviável». Acrescentou por outro lado, que não vê nenhuma justificativa para a exclusividade «uma vez que trata-se de um movimento organizado de cima para baixo, por uma elite intelectualizada».

José Fragelli frisou que «em nenhuma democracia do mundo os candidatos podem ser avulsos, sem partidos» e que a eleição do Congresso Nacional com poderes constituintes é uma tradição que vem sendo mantida desde 1891. Lembrou que «não é porque é Nova República, que vão se mudar as maneiras como sempre se elegeram as Constituintes a exemplo de 1926, 1934 e 1946».

Os prazos de afastamento para os que pretendem concorrer às eleições de 15 de novembro de 1986 (seis meses para ministros e secretários com mandato legislativo, governadores e prefeitos e diretores de empresas públicas), já foram acertados entre as lideranças do PMDB, PFL e PDS.